

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA			
	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
Postage is to be added when delivered by mail — Acréscer o porte quando remetido pelo correio			

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

ORDER

Sanction is hereby accorded to the Rules of the «Casa do Povo» of Goa-Velha with its head-office at Goa-Velha, which have thirty numbers and are signed by the Director of Civil Administration Services.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Damán and Diu.

B. K. Sanyal
Chief Secretary

Panjim, 28th January, 1963.

Constitution of «Casa do Povo» of Goa-Velha

I — General

Article 1. The «Casa do Povo» of Goa-Velha is an organization for the cultural, recreative and social uplift of its inhabitants.

Art. 2. Its specific aims are:

- a) To promote the practice of all types of educational and recreative activities;
- b) To promote recitals, concerts, conferences, balls or shows of any type and formal meetings;
- c) To instal library and gymnasium;
- d) To help its members to defend their moral, economic and social interests;
- e) To cooperate with the Government or local bodies for the accomplishment of any improvements of common interest to the village.

II — Members

Art. 3. All the persons above the age of 21 with good moral and civil character shall be eligible for membership.

Para unique. All the persons emancipated or under age when duly authorised by their parents or tutors can also be members.

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Portaria

São aprovados os Estatutos da «Casa do Povo» de Goa-Velha com sede em Goa-Velha, que têm trinta artigos e baixam assinados pelo director dos Serviços de Administração Civil.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Dio.

B. K. Sanyal
Secretário-Chefe

Pangim, 28 de Janeiro de 1963.

Estatutos da «Casa do Povo» de Goa-Velha

I — Organização e fins

Artigo 1.º A Casa do Povo de Goa-Velha, é uma associação cultural, recreativa e de levantamento social dos seus habitantes.

Art. 2.º São seus fins específicos:

- a) Promover a prática de todas as modalidades educativas e recreativas;
- b) Promover récitas, concertos, conferências, bailes ou representações de qualquer espécie e sessões solenes;
- c) Instalar biblioteca e ginásio;
- d) Auxiliar os seus associados na defesa dos seus interesses morais, económicos e sociais;
- e) Cooperar com o Governo ou autarquias locais para a realização de quaisquer melhoramentos na freguesia de interesse colectivo.

II — Sócios

Art. 3.º Serão admitidos como sócios todos os indivíduos de ambos os sexos de vinte e um anos, com bom comportamento moral e civil.

§ único. Também poderão ser sócios todos os indivíduos emancipados ou menores quando autorizados pelos pais ou tutores.

Art. 4. There shall be three classes of members: honorary, benefactors and ordinary.

a) Honorary: All persons, public or collective bodies to whom the General Assembly may deem it fit to confer this honour;

b) Benefactors: Who contribute with a sum of not less than 100 Rs. and who might have contributed with an equal or higher amount for the building of the «Casa do Povo»;

c) Ordinary: Who pay a premium of admission of Rs. 2/- and monthly membership of 50 n. p., and who having contributed for the building of the «Casa do Povo» with an amount higher than Rs. 2/-, pay only the monthly membership fee of 50 n. p.

Art. 5. The admission of honorary members shall be effected by the General Assembly, following the proposal of managing committee and that of the benefactors and ordinary members shall be effected by the latter, following a proposal signed by 2 members and the proposed.

Para unique. The refusal of admission as benefactors and ordinary members by the managing committee shall be referred to the General Assembly for final decision, within 15 days.

Art. 6. The members have the right:

a) To visit the main building;

b) To take part in the games, competitions and folk shows of «Casa do Povo»;

c) To be present for the meetings of General Assembly taking part in the discussions and votings;

d) To elect and be elected for the governing bodies;

e) To propose the admission of new benefactors and ordinary members;

f) To examine the annual statement of accounts and judge in the meeting of the general assembly the actions of the governing bodies.

g) To ask for, with proper justification, a meeting of General Assembly, the petition being signed by at least 20 members and directed to the President, of the same.

Art. 7. The honorary members shall have rights as per headings a, b and c of previous number but with no right to vote in the General Assembly.

Art. 8. The duties of the members:

a) To pay till 5th of each month their monthly membership fee;

b) To observe strictly the clauses of the present rules and private regulations of the «Casa do Povo».

c) To contribute by all means within their possibility for the prosperity and prestige of the «Casa do Povo».

d) To hold the posts for which they are elected, except when they are disabled from doing so by justifiable cause.

III — Penalties

Art. 9. A member who, without justifiable cause, does not pay his monthly membership fee shall forfeit the right to the respective privileges.

Para unique. The managing committee shall make known this fact to the member concerned.

Art. 10. A member who, after being notified by the managing committee, withholds the payment of the membership fee for three consecutive months, shall be relieved.

Art. 11. A member shall be likewise relieved in the following cases:

a) When he causes discredit to the «Casa do Povo» within or without the main building;

b) When he suffers from contagious disease;

c) When he asks to be exempted.

Art. 4.º Haverá três categorias de sócios: Honorários, beneméritos e ordinários.

a) Honorários: os indivíduos, entidades ou colectividades a quem a assembleia geral entenda dever conferir essa distinção;

b) Beneméritos: os que contribuírem com quantia não inferior a 100 rupias e os que tenham contribuído com igual importância ou superior para a construção da Casa do Povo;

c) Ordinários: os que pagarem a jóia de 2 rupias e a quota mensal de 50 n. p., e os que tendo contribuído para a construção da Casa do Povo com quantia superior a 2 rupias paguem apenas a quota mensal de 50 n. p.

Art. 5.º A admissão dos sócios honorários será feita pela assembleia geral, mediante proposta da direcção e a dos sócios beneméritos e ordinários por esta, mediante proposta assinada por dois sócios e pelo proposto.

§ único. Da recusa de admissão dos sócios beneméritos ou ordinários, haverá recurso para a assembleia geral que decidirá em definitivo, no prazo de 15 dias.

Art. 6.º São direitos dos sócios:

a) Frequentar a sede;

b) Tomar parte nos jogos, competições e festas de representação da Casa do Povo;

c) Assistir a todas as reuniões da assembleia geral, tomando parte nas suas discussões e votações;

d) Eleger e ser eleito para os corpos gerentes;

e) Propor a admissão de novos sócios beneméritos e ordinários;

f) Examinar as contas da gerência e apreciar na assembleia geral os actos dos corpos gerentes;

g) Requerer com motivo justificado, a reunião da assembleia geral, sendo o requerimento assinado pelo menos por vinte sócios e dirigido ao presidente da mesma.

Art. 7.º São direitos dos sócios honorários, o estabelecido nas alíneas a), b) e c) do artigo anterior com exclusão do direito de voto na assembleia geral.

Art. 8.º São deveres dos sócios:

a) Pagar até o dia 5 do mês seguinte a sua quota;

b) Observar rigorosamente os preceitos dos presentes Estatutos e dos regulamentos internos da Casa do Povo;

c) Contribuir por todos os meios ao seu alcance para a prosperidade e prestígio da Casa do Povo;

d) Exercer os cargos para que sejam eleitos, salvo impedimento por motivo justificado.

III — Penalidades

Art. 9.º Perderá o direito às respectivas regalias o sócio que sem motivo justificado deixar de pagar as quotas.

§ único. Deste facto será dado conhecimento ao interessado pela Direcção.

Art. 10.º Será eliminado o sócio que, depois de ser avisado pela Direcção, deixe de efectuar o pagamento de três quotas consecutivas.

Art. 11.º Será igualmente eliminado o sócio nos seguintes casos:

a) Quando promover o descrédito da Casa do Povo dentro ou fora da sede;

b) Quando padecer da doença contagiosa;

c) Quando pedir escusa.

Art. 12. Every member who infringes the rules or private regulations of the «Casa do Povo» may incur the following penalties:

- a) Warning;
- b) Reprimand;
- c) Temporary suspension;
- d) Expulsion.

Art. 13. The application of the penalties under headings a), b) and c) of the previous number is within the powers of the managing committee, with appeal to the General Assembly.

Art. 14. The application of the penalty of expulsion is within the powers of General Assembly, and can be repealed only by another meeting of the General Assembly convened specially for this purpose.

IV — Assets and liabilities

Art. 15. The following shall constitute the income of the organization:

- a) Membership fees, rent of the «Casa do Povo» income from feasts, recitals and other curricular activities;
- b) Grants and donations;
- c) Any other source of income.

Art. 16. The income referred to in the previous number shall be deposited in the State Bank of India, its account being run by the president, cashier and secretary of the managing committee or by their respective substitutes in case of their absence.

V — General Assembly and governing bodies

Art. 17. The General Assembly shall be composed of all members in full exercise of their rights and shall hold annually two ordinary meetings, one being in the month of February to discuss and approve the report and statement of accounts submitted by the managing committee with the opinion of the auditor's committee and another during the second week of the month of December for the election of governing bodies.

Art. 18. The General Assembly shall have extraordinary meeting when the president thinks it necessary, when the managing committee or the auditor's committee asks for it or even when a minimum number of 20 members apply for it, giving its purpose.

Art. 19. The General Assembly meeting shall be considered to have been legally constituted when at the time fixed for the meeting at least 20 members, besides the governing bodies, are present.

Art. 20. When the General Assembly meeting cannot be constituted for the first convocation, as per the previous number, it shall be considered to be constituted at the second convocation, whatever the number of the members present.

Art. 21. The ruling body of the General Assembly shall be composed of one president, two secretaries with respective substitutes.

Art. 22. It is the duty of the General Assembly.

- a) To elect the governing bodies;
- b) Examine and approve the report and statement of accounts put up by the managing committee and to judge the actions of governing bodies;
- c) To elect the honorary members;
- d) To impose the penalty of expulsion on the members who deserve it;
- e) To judge the appeals filed before it;
- f) To appreciate and approve the private regulations proposed by the managing committee.

Art. 12.º Todo o sócio que infringir os estatutos ou regulamentos internos da Casa do Povo, fica sujeito às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Repreensão;
- c) Suspensão temporária;
- d) Expulsão.

Art. 13.º A aplicação das penalidades das alíneas a), b) e c) do artigo anterior, é da competência da Direcção, cabendo recurso para a assembleia geral.

Art. 14.º A penalidade de expulsão é da competência da assembleia geral, só podendo ser revogada ou comutada por outra assembleia geral, cuja convocação mencione esse fim.

IV — Das receitas e despesas

Art. 15.º Constituem receitas da Associação:

- a) Produto de quotas, aluguer da Casa do Povo, festas, réeitas e outras diversões;
- b) Subsídios e donativos;
- c) Quaisquer outras receitas.

Art. 16.º As receitas a que se refere o artigo anterior serão depositadas no «State Bank of India», sendo a sua conta movimentada pelo presidente, tesoureiro e secretário da Direcção ou no seu impedimento pelos seus respectivos suplentes.

V — Da assembleia geral e corpos gerentes

Art. 17.º A assembleia geral é constituída por todos os sócios em pleno gozo dos seus direitos e terá anualmente duas sessões ordinárias, sendo uma no mês de Fevereiro de cada ano para discussão e votação do relatório e contas da Direcção com o parecer do Conselho Fiscal e outra na segunda semana do mês de Dezembro para eleição dos corpos gerentes.

Art. 18.º A assembleia geral reunir-se-á extraordinariamente quando o seu presidente o julgue necessário, quando a Direcção ou o Conselho Fiscal o solicitar ou ainda quando pelo menos vinte sócios o requererem, indicando o fim da reunião.

Art. 19.º Considera-se legalmente constituída a assembleia geral desde que à hora marcada para a reunião estejam presentes pelo menos vinte sócios, não incluídos os corpos gerentes.

Art. 20.º Quando a assembleia geral não puder constituir-se na primeira convocatória, de harmonia com o disposto no artigo anterior, considerar-se-á constituída na segunda convocatória, seja qual for o número de sócios presentes.

Art. 21.º A mesa da assembleia geral será composta por um presidente e dois secretários, com seus respectivos suplentes.

Art. 22.º A assembleia geral compete:

- a) Eleger os corpos gerentes;
- b) Discutir e votar o relatório e contas da Direcção e apreciar os actos dos corpos gerentes;
- c) Eleger sócios honorários;
- d) Aplicar a pena de expulsão aos sócios que o mereçam;
- e) Resolver os recursos que lhe forem presentes;
- f) Discutir e aprovar os regulamentos internos propostos pela Direcção.

Art. 23. The managing committee shall consist of 3 members: president, secretary and cashier with their respective substitutes.

Art. 24. It is the duty of the managing committee to represent and manage the organization according to the clauses set up in these rules, in the private regulations and in all resolutions of the General Assembly.

Art. 25. The auditor's committee shall be constituted of 3 members: president and two members.

Art. 26. It is the duty of the Auditor's committee to examine the accounts and all documents concerning the administration of the organization and give its opinion.

Art. 27. All the governing bodies shall hold their post as honoraries for a period of two years, with their reelection and repeal of mandate being admissible.

VI — Elections

Art. 28. The elections for the governing bodies shall take place in the General Assembly meeting by secret ballot, considering as elected the members who secure the maximum number of votes.

Para unique. In case of equality of votes the senior member shall be declared as elected.

Art. 29. The result of the elections shall be notified by the ruling body of General Assembly to each of the elected members, and this notice shall entitle the elected members to assume charge of their duties.

VII — Dissolution

Art. 30. The organization shall be dissolved when the General Assembly, constituted by at least 2/3 of the existing members, so decides, and shall dispose of the property and belongings in the manner in which it deems convenient.

Directorate of Civil Administration Services, Goa, 28th January, 1963. — The Director, *Sripad Anant Sinai Nadkarni*.

Art. 23.º A Direcção será composta de três membros: presidente, secretário e tesoureiro com seus respectivos suplentes.

Art. 24.º Compete à Direcção: a representação e administração geral da Associação segundo os preceitos estabelecidos nestes Estatutos, nos Regulamentos internos e em todas as deliberações da assembleia geral.

Art. 25.º O Conselho Fiscal será composto de três membros: presidente e dois vogais.

Art. 26.º Ao Conselho Fiscal compete examinar a escrituração e todos os documentos relativos à administração da Associação e dar o seu parecer.

Art. 27.º Todos os corpos gerentes desempenharão os seus cargos gratuitamente, por período de dois anos, admitindo-se a reeleição e revogação do mandato.

VI — Das eleições

Art. 28.º As eleições para os corpos gerentes serão feitas em assembleia geral, por escrutínio secreto, considerando-se eleitos os sócios que obtiverem maior número de votos.

§ único. Havendo empate considera-se eleito o sócio mais velho.

Art. 29.º O resultado das eleições será participado pela mesa da assembleia geral a cada um dos eleitos, devendo esta participação servir de título para eles entrarem no exercício das suas funções.

VII — Da dissolução

Art. 30.º A Associação dissolver-se-á quando assim for deliberado pela assembleia geral com a presença de, pelo menos, dois terços dos sócios existentes, dando aos bens e haveres o destino que julgar conveniente.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Goa, 28 de Janeiro de 1963. — O Director, *Sripad Anant Sinai Nadkarni*.